

# Plano aumenta imposto e corta US\$ 22 bilhões

André Dusek/AE



Cardoso: combate direto à inflação após o retorno do Canadá

*Governo federal quer reter 15% da arrecadação e reduzir transferências para Estados e municípios*

**RIBAMAR OLIVEIRA**

BRASÍLIA — O ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, anunciou ontem o ajuste fiscal, base do Plano FHC2. Ele prevê o aumento de 5% das alíquotas de todos os impostos federais, inclusive o Imposto de Renda, corte de US\$ 22,1 bilhões no orçamento de 1994 e uma emenda à Constituição para permitir à União reduzir as transferências constitucionais de recursos para Estados e municípios e todas as demais vinculações orçamentárias (como os 18% de receitas gastos obrigatoriamente em educação). De acordo com a emenda, o governo federal vai reter 15% de todas as receitas da União para financiar programas sociais e gastos com saúde, antes de feitos os repasses constitucionais.

O ajuste prevê também uma reforma administrativa — que o ministro não detalhou e que será definida até janeiro pelo presidente Itamar Franco — e a criação de um programa

federal de descentralização, que passará para governos estaduais e prefeituras os órgãos federais que serão desativados e as funções que a União não desempenhará mais.

**SERÁ CRIADO PROGRAMA DE REFORMA ADMINISTRATIVA**

## Ajuste rigoroso

As principais medidas anunciadas pelo ministro da Fazenda



**Aumento de impostos** — Será proposto ao Congresso o aumento das alíquotas de impostos federais (de pessoas físicas e jurídicas) para financiar despesas do governo na área social.



**Reserva social de emergência** — Será formada a partir de um fundo de recursos e financiará programas sociais. Vai vigorar pelo prazo de dois anos, com receitas resultantes do aumento de 5% de todas as alíquotas de impostos federais, mais 15% das receitas da União. O ministro da Fazenda acredita que o fundo arrecadará US\$ 16 bilhões por ano.



**Emenda** — A concretização da reserva de emergência depende da aprovação pelo Congresso de emenda à Constituição, para alterar as receitas vinculadas, permitindo o bloqueio 15% dos recursos que a União é obrigada a repassar a Estados e municípios.



**Cortes** — O governo propõe um corte nas despesas de US\$ 22,1 bilhões, atingindo principalmente custeio e investimentos.



**Títulos** — O ministro da Fazenda vai propor ao Congresso modificações na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para impedir que o governo emita títulos públicos para financiar despesas. Se a medida for aprovada, o governo fica proibido de contrair dívidas.

**Descentralização** — Os ministros da Fazenda e do Planejamento discutirão com o presidente Itamar Franco a criação de uma Agência de Descentralização, que executaria o Programa Nacional de Descentralização. A ideia é que esta agência passe a administrar o programa que, no prazo de dois anos, se transformaria numa verdadeira reforma administrativa.

federal de descentralização, que passará para governos estaduais e prefeituras os órgãos federais que serão desativados e as funções que a União não desempenhará mais.

O ministro interino do Planejamento, Raul Jungmann, disse que uma das atividades que serão repassadas para os governos estaduais é a administração dos trens urbanos. Jungmann admitiu a possibilidade

de o programa de descentralização, que terá prazo de dois anos, ser executado por um ministério extraordinário.

O ministro da Fazenda disse que o governo vai propor alteração na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 1994, fixando norma que impeça o lançamento de títulos para financiar o déficit público. Para fechar as contas, conta-se com a arrecada-

ção do Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (IPMF) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), ambos na dependência de decisão do Supremo Tribunal Federal.

Com o ajuste, o ministro disse que o País terá “uma dieta dura” nos próximos seis meses. “Mas essa dieta será recompensada, porque nós vamos estabilizar a inflação”, afirmou. Ele justificou o aumento de 5% nas alíquotas de todos os impostos federais e a criação da reserva social de emergência como “uma ponte” que permitirá a governabilidade no último ano do presidente Itamar e no primeiro do próximo presidente da República. “É possível zerar o déficit público, mas precisamos que o Congresso aprove essa emenda constitucional.”

Quando retornar do Canadá, para onde viajou ontem, Cardoso vai anunciar o plano de combate direto à inflação, que prevê a criação de um indexador vinculado ao dólar e sua posterior transformação em moeda — a moeda-índice. Será uma forma indireta de permitir a correção cambial em contratos. Ontem, o ministro não quis falar sobre o plano. Disse que, ao retornar, terá uma conversa com o presidente sobre os próximos passos do programa de estabilização. “Não tenham dúvidas de que vamos fazer a estabilização”, concluiu.

■ Mais informações nas páginas B3, B4, B6, B8, B9, B10, B14, B15